



<p>i</p> <p>04-12-2015</p>	Periodicidade: Diária	Temática: Justiça
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 2364
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 80000	Página (s): 1/6/7

Portugal é um dos países da NATO com maior risco de corrupção na defesa e segurança

Alerta é dado pela Transparency International // PÁGS. 6-7

A Radar //



Corrupção. Defesa e segurança sob “risco elevado” em Portugal

Relatório da Transparency International coloca Portugal no fundo da tabela, ao nível da Turquia, Arménia e Ucrânia

PEDRO RAINHO
pedro.rainho@ionline.pt

Portugal é um dos países da NATO com maior risco de corrupção nas áreas de defesa e segurança. O relatório da Transparency International, divulgado ontem, analisa 33 países-membros e parceiros da aliança. Resultado: pior que Portugal, só mesmo o Afeganistão, o Azerbaijão e o Uzbequistão.

O relatório divide os países em

cinco níveis de imunidade contra a corrupção, atribuindo a cada estado uma letra, de A a E. Portugal fecha as contas com um D, a par da Turquia, Arménia e Ucrânia (estas duas enquanto parceiras, e não membros, da Aliança Atlântica).

No extremo oposto do ranking, com letra A e, por isso, um risco “muito baixo”, está o Reino Unido, caso único de uma avaliação exemplar no combate à corrupção. Logo a seguir sur-

gem os países do norte da Europa (Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Letónia, Holanda, Noruega, Polónia, Finlândia, Suécia e Suíça), juntamente com os Estados Unidos e o Canadá, todos com classificação final B e um “risco baixo” de corrupção.

A tabela de avaliação aplicada pela Transparency International (TI) a cada país divide-se em cinco campos: político, financeiro, pessoal (com riscos “moderados”), operacional (a área que maiores preocupações suscita, com “risco muito elevado de corrupção”) e procura. Cada um deles subdivide-se em dezenas de parcelas de comparação entre os casos analisados.

E, a esse nível mais concreto, Portugal apresenta sérios riscos de corrupção em três áreas distintas: nas auditorias a programas secretos de defesa e segurança, na protecção de denunciantes de casos de corrupção e na análise pouco rigorosa de empresas subsidiárias nos dois sectores. Nos três parâmetros, o relatório atribui nota zero.

MAIS TRANSPARÊNCIA E ACÇÃO
Um dos problemas apontados

pelos autores do relatório passa pela falta de supervisão parlamentar no que diz respeito à exportação de armas. A discussão destes temas está arreada das sessões plenárias, que também não integram a agenda de um comité nacional de defesa.

No campo legislativo, os responsáveis políticos portugueses são aconselhados a estabelecer “mecanismos internos de monitorização” e a apresentar **relatórios regulares e detalhados** sobre a exportação de armas. De resto, a TI recupera um documento saído da Assembleia da República em 2014 – onde já se referia a arbitrariedade do processo de decisão na aquisição de material no sector militar – para recomendar a criação de um “sistema robusto de planificação estratégica” que tenha em conta as reais necessidades militares e seja disponibilizado para consulta pública.

Ao mesmo tempo, a transparência é uma promessa sempre repetida na retórica política, mas ignorada na prática governativa. Os orçamentos na área da Defesa denotam “falta de detalhe suficiente” nas várias



Sectores da defesa e segurança em Portugal são muito susceptíveis a actos de corrupção, alerta a Transparency International

RODRIGO GARRITA

rubricas, ficando por perceber a verdadeira relevância que as conclusões dos sistemas de auditoria existentes representam na tomada de decisões. "Recomendamos que o governo publique um orçamento anual para a defesa que inclua informação detalhada sobre gastos em áreas como investigação e design, treino, salários, aquisições, alienação de activos, manutenção e gastos com pessoal", aponta o relatório sobre Portugal.

Além de tudo isto, é preciso passar da teoria à prática e colocar em marcha efectivas medidas de combate à corrupção. "Tem havido pouco ou nenhum compromisso público dos membros do Ministério da Defesa com o combate à corrupção", apontam os responsáveis pelo relatório. Os vários planos apresentados ao longo dos anos não mereceram a assinatura de responsáveis desta área, e até o silêncio é notado: "Não há quaisquer discursos gravados do ministro da Defesa ou de qualquer chefe das Forças Armadas em que seja estabelecido um compromisso específico com medidas anticorrupção."

O próprio desprezo a que os



Transparency International

A "coligação global contra a corrupção" foi fundada em 1993. O "movimento" – como se lhe referem os seus membros – está presente em mais de 100 países e trabalha a partir de uma visão comum: "Um mundo no qual governos, empresas, sociedade civil e as vidas quotidianas das pessoas estejam livres de corrupção." A organização, actualmente presidida pelo peruano José Carlos Ugaz, apresenta-se como apartidária e financeiramente independente de quaisquer interesses.

whistle-blowers – denunciantes de casos de corrupção – estão votados mereceria outra postura por parte dos responsáveis políticos, considera a Transparency International. A ausência de protecção a quem se arrisque a denunciar ilegalidades funciona como factor desmobilizador, garantindo a impunidade aos autores destes crimes. "Um relatório da TI de 2013 mostrava evidências de que a maioria dos responsáveis públicos tinham ser alvo de represálias caso reportassem [situações de corrupção], apesar dos esforços feitos em 2008 para melhorar a protecção destes responsáveis."

Mais uma vez, a recomendação do organismo vai no sentido de que seja adoptada uma "política anticorrupção explícita" dirigida concretamente ao sector da defesa e que sejam divulgados os passos tomados para a sua implementação. "É necessária maior transparência e mais partilha de informação, tornando públicos os esforços efectivos de combate a estes crimes, para que se garanta a confiança pública no sector da defesa", conclui o relatório da Transparency International.

JUSTIÇA

Números

30%

A avaliação ao risco de corrupção em Portugal revela que todos os sectores estão muito susceptíveis a estas práticas – sobretudo no campo "Operacional", em que a avaliação é de 30% em 100

57%

Os sectores "Financeiro" e "Pessoal" são os mais seguros, mas mesmo assim não chegam aos 60%

4.º lugar

Há cinco categorias finais de classificação de risco que vão das letras A a E. Portugal fica em 4.º lugar, com a letra D e a par da Turquia, Arménia e Ucrânia

3 piores

Apenas três países – neste caso, parceiros da NATO – ficam com uma classificação pior que a portuguesa: Afeganistão, Azerbaijão e Uzbequistão

Nota 0

Há três categorias analisadas em que Portugal recebe nota zero no combate à corrupção – sinal de que é feito um esforço muito fraco ou mesmo nenhum para aplacar estes riscos

Reino Unido. O aluno exemplar da NATO

É o único país a que os autores do relatório atribuem nota A. O risco de corrupção é "muito reduzido"

No mapa que a Transparency International apresenta para agrupar os países mais ou menos sujeitos a corrupção nas áreas de defesa e segurança, o Reino Unido é o único preenchido com um azul vivo. O país passa com nota positiva – é o único a conseguir a melhor classificação, nota A.

A categoria em que o combate à corrupção é menos eficaz é operacional. Mas mesmo aí, o Reino Unido consegue uma classificação de 70%. Em comparação, a melhor prestação de Portugal é de 57%, nas áreas financeira e de pessoal, precisamente aquelas em que o Reino Unido consegue as melhores avaliações, de 88%.

Tudo isto permite que o país seja colocado na primeira posição do ranking, com nota A e isolado dos restantes países-membros e parceiros da NATO. O Plano Nacional Anticorrupção, analisado em Dezembro do ano passado, revela uma importância central para os autores do relatório: "Foi criado um Conselho de Prevenção da Fraude para identificar e mitigar a fraude e a corrupção, foi conduzido um exaustivo levantamento de análise do risco de corrupção e a doutrina anticorrupção da Transparency International está a ser actualizada tendo em vista as acções empreendidas", destaca o relatório.

Esse espírito de combate à corrupção e as respectivas medidas estão disseminadas pelos vários ramos das forças armadas do país, mas há áreas em que é exigido mais esforço.

Nomeadamente, no controlo dos riscos de corrupção em operações militares ou na exportação de armamento. Neste caso, está em causa a venda de armas do Reino Unido a países onde "a democracia é fraca e a corrupção é um risco elevado".